A IMPORTÂNCIA DAS COMPETÊNCIAS PEDAGÓGICO-DIGITAIS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: uma análise bibliográfica da atuação docente e dos referenciais de inovação

Bruna Rachel Sales Sobrinho
UEMA (Brasil)
profbrunasobrinho@gmail.com

Resumo: O presente resumo expandido, de caráter bibliográfico, analisa a relevância das competências pedagógico-digitais em professores que atuam com estudantes Público da Educação Especial no Atendimento Educacional Especializado (AEE). O problema de pesquisa investiga como a mediação pedagógica articulada às Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) e às Tecnologias Assistivas transcende o uso instrumental dos recursos, qualificando o ensino e eliminando barreiras de aprendizagem. O objetivo geral consiste em examinar as convergências teóricas entre as diretrizes da Educação Inclusiva no Brasil, o Desenho Universal para a Aprendizagem e o modelo Pedagogical DigCompEdu Reloaded. A fundamentação teórica baseia-se na legislação inclusiva brasileira (Lei nº 13.146/2015) e nos referenciais de competências digitais compreendidas como conhecimentos, habilidades e atitudes, articuladas às competências socioafetivas docentes. A metodologia fundamenta-se em pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e caráter descritivo, realizando a síntese das produções normativas e teóricas da área. As discussões evidenciam que o domínio das quatro áreas do DigCompEdu Reloaded habilita o professor a personalizar percursos de aprendizagem, criar Recursos Educativos Abertos (REA) acessíveis e incorporar tecnologias emergentes. Conclui-se que o fortalecimento das competências pedagógico-digitais é fundamental para a consolidação de práticas inclusivas.

Palavras-chave: Competências Pedagógico-Digitais. Atendimento Educacional Especializado. Pedagogical DigCompEdu Reloaded.

1. Introdução

A evolução da sociedade contemporânea, impactada pela cultura digital e pelo avanço das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), exige transformações no ensino. Na Educação Especial, tais mudanças assumem dimensão estratégica, pois a tecnologia viabiliza a acessibilidade e a autonomia dos educandos Público da Educação Especial.

No Brasil, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), operado em Salas de Recursos Multifuncionais, visa complementar a formação no ensino comum mediante Tecnologias Assistivas que eliminam barreiras pedagógicas. Contudo, a literatura aponta uma lacuna entre a simples disponibilidade de dispositivos e a efetiva integração pedagógica. Desta forma, problematiza-se: de que maneira o desenvolvimento sistemático das competências pedagógico-digitais nos docentes do AEE contribui para superar visões instrumentais e consolidar intervenções inclusivas e personalizadas?

Objetiva-se analisar a importância das competências pedagógico-digitais dos professores que trabalham com estudantes da Educação Especial, investigando como referenciais teóricos orientam práticas inclusivas no AEE.

A sustentação teórica articula a legislação inclusiva, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e as competências digitais docentes. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) assegura a acessibilidade e o Decreto nº 7.611/2011 regulamenta o AEE. Em convergência, o DUA propõe a concepção de ambientes utilizáveis por todos, alinhando-se à Tecnologia Assistiva para oferecer múltiplos meios de engajamento e representação.

No desenvolvimento docente, adota-se o modelo Pedagogical DigCompEdu Reloaded (Moreira et al., 2024), que organiza as competências em quatro áreas: 1) Recursos Digitais (seleção, criação e gestão de Recursos Educativos Abertos - REA e ferramentas com IA); 2) Ensino e Aprendizagem (planejamento de atividades e aprendizagem colaborativa); 3) Avaliação (estratégias digitais de avaliação formativa e feedback); 4) Capacitação dos Estudantes (acessibilidade, diferenciação pedagógica e protagonismo estudantil). Destaca-se que as competências digitais integram-se às competências socioafetivas (empatia, flexibilidade e comprometimento), vitais para a mediação no AEE.

Entende-se que a Inovação Tecnológica disponibiliza novos ecossistemas digitais, jogos pedagógicos, plataformas adaptativas e recursos emergentes baseados em Inteligência

Artificial, enquanto a Tecnologia Assistiva atua na eliminação de barreiras de acessibilidade e comunicação nas Salas de Recursos Multifuncionais. Contudo, a simples presença ou o uso instrumental de dispositivos não garante o aprendizado dos estudantes público da Educação Especial. Exige-se do educador o mobilizar de conhecimentos, habilidades, atitudes e aspectos socioafetivos para orquestrar trilhas educativas personalizadas, autônomas e inclusivas.

2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e caráter descritivo. O procedimento envolveu a análise de documentos normativos da Educação Especial no Brasil e referenciais teóricos sobre competências digitais docentes, com foco nos estudos de Silva e Behar (2019) e no referencial Pedagogical DigCompEdu Reloaded de Moreira e colaboradores. O tratamento do material seguiu a análise de conteúdo temático-categorial.

3. Resultados e Discussões

A literatura demonstra que a abundância de tecnologia não assegura a inclusão sem o devido domínio pedagógico. No AEE, as quatro áreas do Pedagogical DigCompEdu Reloaded orientam a prática: em Recursos Digitais, o uso de REA e Inteligência Artificial permite criar materiais multimídia acessíveis; em Ensino e Aprendizagem, favorece a ludicidade e a mediação adaptativa; na Avaliação, propicia o acompanhamento formativo contínuo; e na Capacitação dos Estudantes, impulsiona a autonomia digital.

4. Considerações finais

As competências pedagógico-digitais constituem um requisito indispensável para a atuação qualificada no AEE e na Educação Especial. A tecnologia atinge seus objetivos de maneira positiva quando mediada por docentes capacitados e socioafetivamente sensíveis. Conclui-se que o fortalecimento dessas competências via formações continuadas alinhadas ao DigCompEdu Reloaded é fundamental para garantir o direito inalienável a uma educação inclusiva de qualidade.

Referências

BEHAR, Patrícia Alejandra; SILVA, Ketia Kellen Araújo da (org.). **Competências digitais em educação: do conceito à prática**. São Paulo: Artesanato Educacional, 2022.

BEHAR, Patrícia Alejandra. **Competências socioafetivas docentes: um olhar nos materiais educacionais digitais**. RENOTE, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 433-443, 2023.

BRASIL**. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

MOREIRA, José António; DIAS-TRINDADE, Sara; KNUPPEL, Maria Aparecida; SERRA, Ilka. **Quadro de Referência das Competências Pedagógico-Digitais de Professores: Pedagogical DigCompEdu Reloaded**. Santo Tirso: Whitebooks, 2024.

REDECKER, Christine; PUNIE, Yves. **European Framework for the Digital Competence of Educators: DigCompEdu**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2017.

SILVA, Ketia Kellen Araújo da; BEHAR, Patricia Alejandra. **Competências digitais na educação: uma discussão acerca do conceito**. Educação em Revista, Porto Alegre, v. 35, e209940, 2019.